

TCE aponta gastos de quase R\$ 200 milhões em 2019

Valor refere-se ao total pago pelos poderes e órgãos autônomos por indenizações e por férias e licenças não usufruídas aos servidores

Diante do questionamento de um grupo de deputados estaduais sobre pagamentos feitos a servidores, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) repassou ontem à Assembleia Legislativa um relatório com o detalhamento de pagamentos dos outros poderes e órgãos autônomos. Ao todo, foram gastos quase R\$ 200 milhões no ano passado em indenizações e conversão em pecúnia por licenças-prêmio e férias não usufruídas. O dado envolve servidores do Executivo, Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Ministério Público e Defensoria Pública. O documento foi entregue pelo presidente do TCE-RS, conselheiro Estilac Xavier, ao 1º vice-presidente da Assembleia, Zé Nunes.

A informação consta na resposta do Tribunal ao pedido de esclarecimentos encaminhado por um grupo de deputados estaduais sobre o pagamento de férias vencidas e licenças-prêmio aos conselheiros, conselheiros substitutos, membros do Ministério Público de Contas (MPC) e servidores. O grupo quer investigar os gastos estimados em cerca de R\$ 30 milhões.

Segundo o presidente do



Presidente do TCE, Estilac Xavier, e o vice-presidente da AL, Zé Nunes

TCE, o objetivo com os pagamentos era reduzir os afastamentos de servidores ativos e mesmo a precipitação de aposentadorias. “O TCE-RS entregou ao Parlamento, por dever de transparência e prestação de contas de seus atos, não apenas as respostas solicitadas pelos parlamentares, mas toda documentação necessária para afastar quaisquer dúvidas a respeito da regularidade do procedimento relativo à indenização de férias e licenças não usufruídas, com a correspondente contraprestação labo-

ral de todos e atendendo às necessidades gerenciais dos escassos recursos humanos do tribunal”, afirmou.

No documento, consta ainda a base legal que decidiu pela quitação de grande parte do passivo com os integrantes e servidores em atividade que possuíam férias e licenças-prêmio acumuladas. Em 2017, o Tribunal de Contas já havia identificado existência de expressivo saldo acumulado de férias e licenças não usufruídas por membros e servidores.

Deputados vão criar frente sobre privilégios

O grupo de deputados que analisa a legalidade do pagamento de licenças-prêmio e férias não gozadas a conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE) anunciou ontem a criação de uma Frente Parlamentar de Combate aos Privilégios. Ainda ontem os parlamentares deram início à coleta das 19 assinaturas necessárias para instalação da Frente. O lançamento oficial acontecerá na próxima terça-feira, às 13h, no Salão Júlio de Castilhos.

A decisão foi tomada após a

assessoria técnica revelar inúmeros pontos da legislação considerados contraditórios e que acabam servindo de pretexto para o pagamento de benefícios aos servidores dos três poderes. Estima-se que mais de R\$ 30 milhões em verbas indenizatórias tenham sido pagas a servidores e conselheiros pelo TCE.

Integrante do grupo, o deputado Elton Weber (PSB) ressaltou que a intenção é avançar as discussões também para outros órgãos e poderes, não ficando apenas no Tribunal de Contas.

“A intenção não é prejudicar nenhum servidor ou a estrutura pública. Mas que sejam iguais os direitos”, afirmou. Participam também do grupo os deputados Any Ortiz (Cidadania); Fábio Ostermann (Novo); Fran Somensi (PRB); Giuseppe Riesgo (Novo); Luciano Zucco (PSL); Luiz Henrique Viana (PSDB); Mateus Wesp (PSDB); Pedro Pereira (PSDB); Rodrigo Lorenzoni (Dem); Sérgio Turra (PP); Sebastião Melo (MDB); Tiago Simon (MDB); e Zilá Breitenbach (PSDB).

REFORMA RS

Entidades entram no TJ contra previdência

A União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública (UG), com suas 25 entidades integrantes, juntamente com o Cpers/Sindicato, ingressou ontem com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Tribunal de Justiça do Estado (TJRS) contra a mudança na previdência dos servidores civis do Estado. A iniciativa questiona a constitucionalidade da lei complementar nº 15.429/19, que instituiu novas alíquotas previdenciárias para servidores civis

ativos, inativos e pensionistas. A mudança integrou o pacote de reforma encaminhado pelo governador Eduardo Leite à Assembleia. O projeto foi aprovado em 18 de dezembro. A sanção foi publicada no Diário Oficial no dia 23 de dezembro de 2019.

Entre os questionamentos, estão que as alterações em matérias de estatura constitucional, como a idade mínima para aposentadoria, deveriam ser feitas através de emenda à Constituição, e não por lei complementar,

como ocorreu. Outro ponto é que a majoração de alíquotas de contribuição previdenciária foi feita de forma escalonada e progressiva, sem que haja expressa previsão na Constituição Estadual. O escritório Ayres Britto foi escolhido como o representante da ação. Integram a ADI, além da União Gaúcha, a Ajuris, Adpergs, Afisvec, AMPRS, ASJ, Asdep e Sindifisco, além do Cpers. A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) ainda não foi notificada da ação.



Curta o Correio no Facebook
fb.com/correiodopovo

CORREIO DO POVO
O Jornal que vai direto ao ponto.



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

A meta e a prioridade

A adesão do Rio Grande do Sul ao Regime de Recuperação Fiscal, novela que se arrasta desde a administração Sartori, foi estabelecida como meta número um do governo Eduardo Leite (PSDB) para 2020. A adesão depende das negociações entre o Executivo gaúcho e o Planalto e do vencimento de obstáculos como a exigência de privatização do Bannisul. No campo das ações que dependem de aval legislativo, a revisão da matriz tributária é a prioridade determinada pelo governador. Após contabilizar 100% de êxito nas votações no plenário da Assembleia durante o primeiro ano de mandato, a tendência é a de que o cenário se complique. A intenção é a de enviar a proposta ao Legislativo neste semestre, com expectativa de que as discussões ocorram simultaneamente aos debates da reforma tributária no Congresso. As mudanças por aqui estão em gestação e serão compartilhadas com entidades e setores antes do protocolo dos textos no Parlamento. A polêmica, no entanto, está garantida. As alterações passarão por desonerações, mas também terão de incluir majorações. Em dezembro deste ano, terá fim o aumento das alíquotas de ICMS, retirando cerca de R\$ 3 bilhões do Tesouro do Estado. Para entrarem em vigência em 2021, as medidas precisam de aval dos deputados estaduais até o final de setembro, portanto, antes das eleições de outubro, que irão acirrar os ânimos políticos no Legislativo. O Executivo tentará minimizar resistências destacando o impacto do fim da majoração do ICMS para os municípios, que recebem 25% do bolo.

Pressão na prática

A mobilização em torno da regulamentação dos ressarcimentos da Lei Kandir vem ganhando corpo, e as cobranças devem deixar o campo do discurso para a ação efetiva. Já são diversas ações em torno do tema. No dia 17, às 12h30min, ocorrerá reunião de presidentes de partidos no Estado. O convite partiu do PSB.

Efeitos colaterais

Os reflexos da alteração no comando da Casa Civil são apenas efeitos colaterais da decisão do presidente Jair Bolsonaro. Na prática, o principal rifado no episódio é Onyx Lorenzoni (Dem). O gaúcho foi aliado desde o início e um dos primeiros a apostar e acreditar na eleição de Bolsonaro ao Planalto.

Retorno

Em resposta a embargos de declaração no processo que suspendeu atos do prefeito Nelson Marchezan Júnior (PSDB), o juiz Mauro Caum sustentou que o vice Gustavo Paim (PP) “pode administrar o seu gabinete, inclusive fazendo as substituições que entender necessárias”. No final de janeiro, o magistrado anulou dois decretos, uma instrução normativa e três exonerações, por entender que as iniciativas visaram a atingir o vice, ferindo o princípio da impessoalidade. “A medida simboliza a vitória contra essa injustiça, assegurando a retomada das funções da vice-prefeitura garantidas nas urnas”, disse Gustavo Paim, na foto com seu chefe de gabinete, Matheus Ayres, que havia sido exonerado por Marchezan.



JÚLIO LO PUMO BRITTO VELHO / CP

Mais um desembarque antes da reforma

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Eduardo Cidade, deixará a pasta nos próximos dias. Ele recebeu convite profissional e irá atuar no centro do país. O desembarque atende a pedido do prefeito Nelson Marchezan Júnior aos secretários, de que desligamentos, por motivos eleitorais ou não, fossem comunicados até o início de março. Ainda não há definição sobre o substituto de Cidade. Está prevista para março uma reforma na secretariado em função das eleições municipais de outubro.

APARTES

Presidentes do PSDB de capitais estarão em Porto Alegre no dia 28 para reunião com Marchezan. Já confirmaram presença os dirigentes tucanos de São Paulo, Goiânia, Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, Porto Velho, Florianópolis e Distrito Federal. Na pauta, as eleições de outubro.